

A VERDADEIRA Estabilidade Governativa

Raul PILLA

(Para os "Diários Associados")

Embora muito menor do que geralmente se acredita, existe inegavelmente certa instabilidade no governo parlamentar. Se alguns gabinetes duram quatro, cinco anos, ou mais, outros podem não agüentar-se senão alguns meses. Basta esta possibilidade, que se contrapõe à fixidez do governo presidencial, cujo mandato somente a morte ou a revolução interrompem, para se afirmar que, relativamente a este último, o governo parlamentar é instável.

Mas, reduzida às suas justas proporções, será semelhante instabilidade uma verdadeira instabilidade? Não o parece, desde que se examinem atentamente os fatos.

Duas coisas podem caracterizar a instabilidade governativa: a substituição dos homens nas posições e a mudança da orientação no governo. O que importa, sobretudo, no governo é a permanência do rumo, a continuidade da ação. A simples substituição de uns titulares por outros não acarreta fatalmente mudança de orientação, quebra do rumo. Se este foi mantido, poder-se-á falar em instabilidade, é certo, mas será instabilidade meramente formal, sem os inconvenientes que habitualmente se lhe atribuem.

E' o que se verifica quando, a um gabinete, se substitui outro, saído da mesma corrente. A queda foi determinada por uma questão secundária, não passou de simples acidente e, por isto, a orientação geral do novo governo não muda. Poder-se-á falar, então, em descontinuidade governativa? Neste caso, pelo menos, não houve instabilidade, pois somente os homens foram substituídos, enquanto a orientação do governo permaneceu. Ain-

da quanto aos homens, raro é que, em tal hipótese, seja total a substituição: alguns ministros do antigo passam frequentemente ao novo gabinete. Persiste, pois, um laço material entre um e outro governo.

Mas, por mais estranho que, à primeira vista, possa parecer, ainda quando um partido é substituído por outro no poder, não há geralmente uma violenta inflexão no rumo do governo, não se quebra realmente a sua continuidade. Resulta isto da própria natureza do regime parlamentar.

Como faz notar um publicista britânico, a democracia parlamentar é um método de governo por discussão. Discutindo no parlamento, "chega-se a um acôrdo entre maioria e minoria, entre gabinete e opposição, acôrdo em que a maioria leva vantagem — tem que ser — mas em que a minoria também ganha alguma coisa. Uma minoria que conseguiu obter satisfação em alguns pontos, no dia em que chegar ao poder não abolirá, de um só golpe, a obra da sua predecessora. Respeitará o passado, que ela não fez, mas ajudou a fazer, preservando assim a continuidade da vida nacional". Recapitulando, assim conclui o aludido autor:

1) "A Câmara dos Comuns é o forum da democracia parlamentar britânica, que se pode definir como um método de governo por discussão.

2) O fruto da discussão neste forum é a transigência, o acôrdo.

3) A continuidade é a colheita dos frutos sucessivos da discussão — ou seja, dos sucessivos acôrds a que se chegou, o que garante um plano de vida nacional a um tempo estável e progressivo".

Percebe-se agora claramente que o regime parlamentar garante uma notável continuidade ao desenvolvimento da vida nacional e que tal continuidade reside essencialmente no parlamento. Os governos podem mudar, mas as assembléias, donde elles emanam, permanecem.

O contrário disto pode verificar-se com o governo presidencial. Cada presidência traz frequentemente consigo uma grande mutação, nos processos, nas normas, nos objetivos da administração, porque tal governo é uma cristallização que se faz em torno de uma pessoa — o presidente da República. E' realmente um novo período da vida política nacional, o que se abre. E não só. Sendo o presidente quem dita a orientação, por ele a pessoa formalmente responsável no sistema, e competir unicamente ao congresso, lá no seu canto, votar as leis necessárias, mais de uma vez tem sucedido que, na mesma presidência, algumas vezes prolongada por reeleições, muda subitamente, abruptamente a orientação do governo, mudou o modo de pensar da pessoa que o incarna. A história política do regime apresenta vários exemplos destes. Poder-se-á, em tais casos, falar em estabilidade administrativa, somente por que não se substituiu o titular do governo?

Em suma, a verdadeira estabilidade governativa é a da orientação e não a das pessoas. E aquela se realiza muito mais plenamente no sistema parlamentar, que no presidencial.